

EDUCAÇÃO BÁSICA SOB A PANDEMIA COVID-19 NO BRASIL E A EDUCAÇÃO QUE CONVÉM AO CAPITAL

Fabiane Santana Previtali¹
(UFU, Brasil)

Cilson César Fagiani²
(UNIUBE, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i11.907>

RESUMO: O objetivo do artigo é problematizar a Educação Básica no Brasil no âmbito políticas neoliberais sob os princípios da Nova Gestão Pública (NGP). A análise recai sobre as condições do trabalho docente especialmente a partir de 2019, no contexto da Pandemia COVID-19 e da adoção, por um lado, do teletrabalho remoto devido às necessidades do isolamento social e por outro, numa aparente contradição, às iniciativas dos empresários da educação e do poder público para o retorno às aulas presenciais num contexto de aumento dos casos de COVID-19 no país. A metodologia foi baseada em estudos bibliográficos, documentais e relatórios de pesquisas, bem como análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), em períodos selecionados. Os resultados indicam a indissociabilidade entre capitalismo neoliberal e poder público no âmbito da NGP, implicando no aprofundamento da já precarizada carreira do profissional docente sob a Pandemia.

Palavras-chave: Pandemia de COVID-19. Trabalho Docente. Educação Básica. Teletrabalho.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com Pós-Doutorado pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), Portugal e pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Atualmente é Professora titular na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. É Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPTE/UFU), é Membro do HISTEDBR, GT Trabalho, Educação e Formação Humana e do Grupo de Pesquisa Metamorfoses do Mundo do Trabalho (IFCH/UNICAMP). É Investigadora no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL), Grupo de Pesquisa História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais. Coordenadora da equipe de investigadores brasileiros no âmbito do Protocolo de Cooperação Científica entre o Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL) e a UFU, junto ao PPGED/UFU, e ao INCIS/UFU. Autora de *“O Controle do Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital”* (CRV, 2011). Possui artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros. Membro do Comitê Editorial da Navegando Editores. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho e Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: reestruturação produtiva, trabalho, educação. Pesquisadora CNPq/PQ e FAPEMIG/PPM. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8079-5557>. E-mail: fabiane.previtali@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com estágio de Doutorado Sanduíche na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, com Pós-doutorado realizado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. É Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberlândia (UNIUBE). É membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPTE/UFU). É investigador no Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC/FCSH/UNL), Portugal. É membro do Grupo de Pesquisa História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais (IHC/FCSH/UNL). Publicou o livro: *“Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador para o século XXI?”*. 1. ed. Uberlândia: Navegando, 2018. Possui artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Coordena o grupo de estudos e pesquisas Trabalho, Educação e as Transformações Sociais Globais. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2800-8106>. E-mail: cilsoncf@gmail.com

BASIC EDUCATION UNDER THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL AND THE EDUCATION THAT BECOMES TO CAPITAL

ABSTRACT: The aim of the article is to problematize Basic Education in Brazil within the scope of neoliberal policies under the principles of New Public Management (NGP). The analysis focuses on the conditions of teaching work, especially from 2019 onwards, in the context of the Covid-19 Pandemic and the adoption, on the one hand of remote telework due to the needs of social isolation and on the other, in an apparent contradiction, to the initiatives of entrepreneurs of education and government to return to classroom classes in a context of increasing cases of COVID-19 in the country. The methodology was based on bibliographic, documental and research reports studies, as well as data analysis from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), National Institute of Educational Studies and Research "Anísio Teixeira" (INEP), in selected periods. The results indicate the inseparability between neoliberal capitalism and public power within the scope of the NGP, implying the deepening of the already precarious career of the teaching professional under the Pandemic.

Keywords: Covid-19 Pandemic. Teaching Work. Basic Education. Telework.

LA EDUCACIÓN BÁSICA BAJO LA PANDEMIA DEL COVID-19 EN BRASIL Y LA EDUCACIÓN CONVENIENTE PARA EL CAPITAL

RESUMEN: El objetivo del artículo es problematizar la Educación Básica en Brasil en el ámbito de las políticas neoliberales bajo los principios de la Nueva Gestión Pública (NGP). El análisis se centra en las condiciones del trabajo docente, especialmente a partir de 2019, en el contexto de la Pandemia Covid-19 y la adopción, por un lado, del teletrabajo a distancia por necesidades de aislamiento social y por otro, en un contexto de En aparente contradicción, a las iniciativas de los empresarios de la educación y el gobierno de volver a las clases en el aula en un contexto de crecientes casos de COVID-19 en el país. La metodología se basó en estudios bibliográficos, documentales y de informes de investigación, así como análisis de datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas "Anísio Teixeira" (INEP), en períodos seleccionados. Los resultados indican la inseparabilidad entre capitalismo neoliberal y poder público en el ámbito del NGP, lo que implica la profundización de la ya precaria carrera del profesional docente bajo la Pandemia.

Palabras Clave: Covid-19. Trabajo Docente. Educación Básica. Teletrabajo.

Introdução

A sociabilidade humana sob a égide do capital tem propiciado as condições ideais para propagação de situações pandêmicas. Conforme relatório do Global Preparedness Monitoring Board (GPMB), lançado em 2019, questões como conflitos prolongados, Estados frágeis, migrações forçadas, assim como mudanças climáticas, crescente urbanização e a falta de água tratada e de saneamento básico favorecem a rápida circulação de vírus letais em todo o mundo, ao que os líderes mundiais têm respondido com negligência. Logo na primeira década do século XXI, em 2008, o mundo experimentou a emergência de mais uma crise estrutural do capitalismo e, mais uma vez, desde a

reestruturação produtiva do capital em fins dos anos 1970, seus defensores adotaram as mesmas medidas: mais mercado, menos Estado Social, mais devastação ambiental e destruição dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora (HARVEY, 2011; HARVEY, 2018). Esse receituário neoliberal foi amplamente difundido no mundo globalizado, em maior ou menor grau, a depender, por um lado, das lutas sociais entre trabalho e capital em cada país e, por outro, da posição geopolítica dos países na divisão internacional do trabalho.

Diversos autores têm apontado mudanças na estrutura do trabalho e do emprego, acompanhadas por desemprego e por crescentes níveis de precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Para Huws (2013), o trabalho pode estar apoiado em tecnologia digital, mas mantém características relacionadas à padronização e repetição, o que remete ao trabalho e às formas de alienação do taylorismo. Sotelo (2016) irá afirmar que a precariedade e a precarização são atributos constitutivos das relações sociais sob o capital, atingindo todas as categorias e qualificações, embora possa existir níveis diferenciados de precarização. Alberti, et al (2018), argumentam que a precariedade da classe trabalhadora volta à baila, agora acrescida de um dado novo: a perda de controle sobre um futuro que antes parecia estar sob controle, como mais e mais áreas da vida sendo subordinadas às necessidades da economia. Hassard e Morris (2018), chamam a atenção para aqueles segmentos mais jovens da classe trabalhadora, com maior nível de escolaridade e mais profissionalizados academicamente que se veem à mercê da instabilidade e da insegurança. Segundo Antunes (2028 e 2020), o que se verifica atualmente na era do capitalismo de plataforma é a ampliação da classe trabalhadora no mundo sob a crescente parcela do novo proletariado de serviços da era digital.

No Brasil, o setor de serviços tem crescido massivamente no bojo da reforma do Estado sob a chamada Nova Gestão Pública (NGP), a qual enfatiza as privatizações, as parcerias público-privadas e as terceirizações de serviços públicos (HOOD, 1995; HALL e GUNTER, 2015), dentre eles a educação, tornando-a “nicho de negócio” da iniciativa privada. A NGP inclui ainda a desregulamentação das relações laborais e a adoção de formas mais flexíveis de contratação, como os contratos temporários e em tempo parcial, de forma a criar condições favoráveis de aumento da produtividade do trabalho com redução de custos ao capital (HALL e GUNTER, 2015).

Sob a ideologia da NGP, mesmo onde os serviços públicos não são totalmente privatizados, impõe-se aos seus trabalhadores as regras do mercado fundadas na competitividade, no cálculo do custo-benefício, no fazer mais com menos, na otimização dos recursos, nas metas pré-estabelecidas, nas avaliações e no desempenho individuais, ao mesmo tempo que são marginalizados os sindicatos e as organizações coletivas de defesa do trabalho. Nesse quadro, os números mostram que a classe trabalhadora, em especial em seus extratos mais vulneráveis, está sendo fortemente impactada. De acordo com o relatório International Labour Organization (ILO) de 2020, aproximadamente 2,7 bilhões de trabalhadores, representando cerca de 81% da força de trabalho do mundo estão sendo atingidos pela pandemia e, dentre os mais afetados, estão os trabalhadores informais, com empregos mal remunerados, de baixa qualificação e baixa proteção social.

A pandemia do Covid-19 tende a se aprofundar no bojo do neoliberalismo e da NGP sob o governo Bolsonaro (2018 -) que impõe ao país uma política de desproteção dos trabalhadores com o aprofundamento da Reforma Trabalhista e a aprovação da Reforma

Previdenciária. O vírus atinge a todos, porém não de forma igual. No país, onde o primeiro caso de Covid-19 foi registado em 25 de fevereiro de 2020, o governo Bolsonaro vem desconsiderando as medidas de isolamento e a aquisição de vacinas, conforme apuração em andamento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)³, instaurada para investigar as ações do governo federal quanto à pandemia. O presidente chegou a chamar a doença de “gripezinha” e afirmou em pronunciamento nacional que as pessoas saíssem do isolamento e fossem trabalhar e, quando questionado por jornalistas sobre o número crescente de mortes, ele respondeu: “E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?”⁴. O país tem o maior número de casos por Covid-19 na América Latina com 16.977.062 infecções e 472.531 mortes registradas desde o início da pandemia até 06 de junho de 2021 (REUTERS, 2021).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, 2021), o país atingiu a taxa de 11,9 milhões de desempregados em 2020, número esse elevado a 14,7 milhões no primeiro trimestre de 2021, representando um crescimento de 2,8 milhões de pessoas. A vulnerabilidade da classe trabalhadora ao vírus potencializa o número de casos e lança luzes sobre as enormes discrepâncias sociais, a concentração da renda, o aumento da pobreza e o escárnio com que essas questões são tratadas no âmbito do neoliberalismo e da NGP.

A educação escolar não está alheia a esse cenário e as normativas educacionais sob a pandemia impactam drasticamente a comunidade escolar, envolvendo familiares, estudantes e professores. O sistema educacional brasileiro tem cerca de 60 milhões de estudantes da Educação Básica à Educação Superior, envolvendo aproximadamente 2,4 milhões de professores e ainda um importante contingente de profissionais da educação. Com a pandemia do Covid-19, no bojo da difusão das tecnologias digitais, o Ministério da Educação (MEC) autorizou, em 18 de março de 2020, a adoção do ensino remoto e do teletrabalho docente em substituição às aulas presenciais. A medida se deu sob forte contestação dos trabalhadores da educação e seus sindicatos, em especial na esfera pública.

No entanto, a adoção do ensino remoto foi amplamente defendida e mesmo fomentada pelas empresas educacionais, como o Grupo Lemann, vinculado às grandes corporações de tecnologias digitais, como a Amazon, a Microsoft, o Facebook, a Apple e Alphabet/Google. Essas empresas beneficiaram-se com a venda de plataformas e conteúdos para todos os níveis educacionais, no bojo de um projeto político de maior alcance que visa a mercantilização da educação no país (FREITAS, 2016; LEHER, 2020).

A Educação Básica é particularmente atingida pois trata-se do processo de ensino-aprendizagem de crianças e jovens dos 4 aos 17 anos. Fagiani (2018) considera essa etapa educacional decisiva para o processo formativo do ser humano, sendo os estudantes dependentes das orientações dos professores, especialmente nos anos iniciais, fase de alfabetização. Para o autor, os professores devem possuir condições de trabalho adequadas e sólida qualificação profissional que permita a escolha de conteúdos e metodologias

³ A CPI do Covid-19 foi instaurada no Senado Federal por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso em 8 de abril de 2021 e tem como objetivo apurar se houve falhas por parte do Governo Federal no enfrentamento da pandemia.

⁴ Discurso reproduzido pela Revista Carta Maior (2020).

específicas com autonomia e considerando-se as peculiaridades de cada criança, o que não ocorre sob o avanço das novas tecnologias digitais e da NGP.

Em 2021, as empresas educacionais e o poder público estão exigindo, numa aparente contradição, o retorno às aulas presenciais, desconsiderando todas as orientações sanitárias, num contexto de avanço dos casos de Covid-19 e de lentidão da vacinação, especialmente nas faixas etárias da população economicamente ativa, na qual se encontram os profissionais da educação.

Assim, o objetivo do artigo é problematizar a Educação Básica no Brasil no âmbito políticas neoliberais sob os princípios da NGP. A análise recai sobre o trabalho docente especialmente a partir de 2019, quando se instaura a pandemia, em meio, por um lado, à difusão do teletrabalho remoto devido às necessidades do isolamento social e por outro, numa aparente contradição, às iniciativas dos empresários da educação e do poder público para o retorno às aulas presenciais num contexto de aumento dos casos de Covid-19 no país. A metodologia foi baseada em estudos bibliográficos, documentais e relatórios de pesquisas, bem como análise de dados de órgãos oficiais em períodos selecionados.

A Educação Básica sob a Pandemia Covid-19

A educação escolar é um instrumento formador e de expressividade sociocultural e não pode ser vista dentro de limites fechados, analisada independentemente e de forma apartada da sociedade. Portanto, a educação não se pauta pela neutralidade. Mészáros (2008: 50), irá afirmar que a educação

ao mesmo tempo que se constitui como elemento fundamental para a produção das condições objetivas de manutenção da ordem social do capital, é também meio para a construção de uma estratégia para uma outra forma de sociabilidade, que esteja para além do capital.

Gramsci (1976) já enfatizava que formação da consciência de classe não acontece naturalmente, sendo necessária a presença, por um lado, de intelectuais e agentes formativos comprometidos com a classe trabalhadora e, por outro lado, da escola, locus do saber científico sistematizado. Nesta perspectiva, a educação materializada na escola resulta de uma construção histórica erigida na dinâmica das lutas entre as classes sociais, tornando-se assim, palco de disputas político-ideológicas sobre os meios e os fins da educação, ou seja: se uma educação voltada para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, envolvendo uma interpretação crítica da ideologia dominante por meio de uma prática social transformadora, ou se uma educação voltada à uma qualificação profissional restrita, de cunho técnico-instrumental, vinculada às ocupações no mercado de trabalho.

Importa dizer que a escolarização e a qualificação profissional são categorias históricas e estão relacionadas às mudanças técnicas e/ou organizacionais determinadas pela lógica da acumulação do capital. Previtali e Fagiani (2015) argumentam que ambas as categorias trazem em si uma contradição: por um lado, expressam a qualificação da força de trabalho como mercadoria necessária à produção e reprodução do capital, um fator de produção para o crescimento econômico e atendimento das exigências do mercado, conforme a

ideologia do capital humano e da meritocracia (RAMOS, 2011; SHIROMA e EVANGELISTA, 2011; FRIGOTTO, 2020) e por outro, para a classe trabalhadora, elas permitem a aquisição de conhecimentos e técnicas que possibilitam a real compreensão do modo de funcionamento da sociedade burguesa e seus antagonismos, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma subjetividade crítica e radical de transformação social, portanto, vinculada a uma formação humana dotada de sentido para além do trabalho alienado.

A Educação Básica corresponde ao ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes, dos 4 aos 17 anos, incluindo-se os estudantes com necessidades especiais. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020), há atualmente 179.533 estabelecimentos escolares destinados à Educação Básica no Brasil. Destes, 113.985 oferecem Educação Infantil, 124.840 oferecem Ensino Fundamental, 28.933 oferecem Ensino Médio, 6.798 oferecem Educação Profissional, 27.920 oferecem Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 123.532 oferecem Educação Especial. De acordo com o INEP (2020), são 47.295.294 estudantes matriculados, sendo 38.504.108 em escolas públicas e 8.791.186 em escolas privadas. Observa-se que a esfera pública é a grande responsável pela Educação Básica, respondendo por mais de 80% das matrículas. Destaca-se ainda que, embora possa ser ofertada pela administração federal e pelos estados, os municípios são as unidades federativas majoritariamente responsáveis pela Educação Básica no país.

Num contexto de aprofundamento do neoliberalismo e da NGP, especialmente a partir da gestão de Michel Temer (2016 - 2018) no bojo do golpe institucional à presidenta Dilma Rousseff (2014 - 2016), as políticas educacionais pautam reformas curriculares que indicam o caminho da qualificação profissional restrita e imediata, empurrando precocemente os estudantes da classe trabalhadora que frequentam a escola pública para os postos mais precarizados do mercado de trabalho e aprofundando o abismo sócio-educacional no Brasil (FERRETTI, 2018; FRIGOTTO, 2020; FAGIANI, 2018). Concomitantemente às reformas curriculares, escolas públicas têm sido fechadas com vistas à redução de gastos públicos⁵, sob o argumento de baixa performance, utilizando-se para tanto, índices de avaliações censitárias de estudantes e professores (EVANGELISTA e LEHER, 2012; FREITAS, 2018; LEHER, 2020).

Com menos recursos, as condições de infraestrutura das escolas passam a ser negligenciadas. Segundo o INEP (2020), o acesso à internet banda larga não chegava a 15 mil escolas urbanas em 2019, sendo que em 2020 este número aumentou para 17,2 mil. Ainda segundo a fonte, houve aumento do número de escolas públicas sem banheiro no país entre 2019 e 2020, passando de 3,5 mil, o que representava 2,4% do total em 2019, para 4,3 mil, representando 3,2% do total em 2020 e mais: 53,3% das escolas públicas não tinha acesso à saneamento básico em 2020. Esses fatores têm levado à diversas manifestações de sindicatos dos profissionais da educação sobre a necessidade de o poder público garantir a educação escolar pública com padrão de qualidade universal, conforme a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Base (LDB), seja ela presencial ou remota. Ao mesmo tempo, as ações sindicais oferecem resistência à precarização da educação pública, denunciando as ações governamentais como estratégias políticas com vistas à tornar a Educação Básica meio de acumulação do capital.

⁵ Um exemplo foi a reorganização escolar no estado de São Paulo durante a gestão do governador Geraldo Alckim no final de 2015 que implicou em forte oposição da comunidade escolar e à ocupação das escolas pelos estudantes num movimento que se estendeu por todo o país.

Os docentes inserem-se no contexto escolar da Educação Básica de forma particular, pois são, ao mesmo tempo, formados pelo sistema educacional e principais responsáveis pela formação da classe trabalhadora. Conforme Saviani (2007 e 2015), a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos e a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana que se funda na relação do ser humano com o mundo exterior, mediado pelo trabalho dotado de intencionalidade. O processo educacional não significa apenas transmissão de conhecimento, mas a própria produção do ser social. Diante disso, o controle do trabalho docente, em seus aspectos objetivos e subjetivos, torna-se peça fundamental para a reestruturação neoliberal da Educação Básica, pois, os professores manifestam no ato de ensinar suas histórias de vida e sua formação profissional, uma concepção de mundo e de educação.

De acordo com o INEP (2020), a Educação Básica possui um total de 2.189.005 docentes, sendo 1.711.932 na administração pública e 547.863 na administração privada. O corpo docente da Educação Básica no Brasil é majoritariamente feminino, correspondendo a mais de 80% da força de trabalho (INEP, 2020). Em 2017, 63% da força de trabalho na carreira docente, com idade até 29 anos, era feminina no Brasil, sendo que na região Sudeste, a qual concentra os estados mais populosos e economicamente importantes do país, essa porcentagem era de 79% (PREVITALI E FAGIANI, 2020b). Segundo pesquisa do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO, 2020), realizada com 15.654 docentes da Educação Básica da rede pública em 2020, as mulheres representavam 78% dos respondentes, sendo que a metade estava com idade entre 30 e 49 anos.

No que tange as relações laborais, destaca-se que, dos docentes na administração pública, 1.195.232 são concursados, possuindo, portanto, estabilidade funcional, planos de carreira definidos e direitos trabalhistas assegurados. No entanto, as reformas neoliberais sob a NGP têm promovido a adoção de formas precárias do trabalho. Dados do INEP (2020) mostram que 543.874 docentes estão sob contratos temporários, sendo 55% nos municípios e 46% nos estados. E ainda, 5.626 encontram-se sob contratos terceirizados, sendo 85,5% nos municípios e 11,7% nos estados e 36.582 estão sob regime de contrato CLT6, sendo 65,9% nos municípios e 33,9% nos estados. Conforme Previtali e Fagiani (2020b), entre os anos 2011 e 2019 houve um aumento de 19% dos docentes com vínculo contratual temporário no Brasil e de 28% na região Sudeste, sendo que no estado de Minas Gerais, um dos primeiros a adotar a NGP, o aumento dos contratos temporários foi de 61% no período considerado.

Ao mesmo tempo em que ocorre o aumento dos contratos temporários, observa-se também o crescimento de professores em caráter eventual ou intermitente, uma modalidade que não possui nenhum tipo de contrato, sendo que o professor ministra aulas em caráter emergencial, por uma ausência imprevista ou por uma licença ainda não regulamentada. Segundo Souza (2016: 223):

(...) os professores eventuais não têm aulas ou classes, mas sim uma vaga em uma escola para substituir professores. São formados em diferentes campos disciplinares e alguns ainda são

⁶ A CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, data da 1943 e passou por diversas reformas. Porém a última, regulamentada pela Lei Nº. 13.467 de 2017 sob o governo Temer, impactou fortemente a classe trabalhadora com a regulamentação do trabalho intermitente, das terceirizações de atividades fins e da "livre" negociação entre patrões e empregados, prevalecendo-se, como diz Antunes (2018), "o negociado sobre o legislado".

estudantes universitários, não sabem em que horário trabalharão nem quantas aulas ministrarão por semana ou por mês, muito menos em que disciplinas trabalharão.

Se essa modalidade sempre esteve presente na carreira docente, sob as tecnologias digitais elas tendem à expansão com professores eventuais sendo contratados através de plataformas digitais e aplicativos (apps), num formato similar ao da empresa Uber (VENCO, 2019). Um exemplo é a Biosferatech⁷, empresa de tecnologia que desenvolveu o app “Prof-e8”, “Plataforma Colaborativa de Professores por Demanda” especialmente para as escolas da Educação Básica, incluindo-se a rede pública. Nessa nova – e precária – modalidade de trabalho, o professor faz seu cadastro no app, e, se aprovado, pode ser chamado para substituir aulas presenciais (se for na cidade onde reside) ou de forma remota em qualquer cidade do país, numa espécie de educação à distância invertida, isto é, estudantes na escola e professor à distância (PREVITALI e FAGIANI, 2020b).

Ainda concernente às relações laborais, cumpre destacar que o salário pago ao professor na Educação Básica tende a ser menor que o de outros profissionais com nível de formação equivalente (ALVES e PINTO, 2011). Atualmente, embora haja a obrigatoriedade, em nível nacional, do pagamento do piso salarial mínimo de R\$ 2.886,24 por 40 h/semanais ao professor da Educação Básica pública, apenas cerca de 45% dos 5.570 municípios brasileiros cumprem essa determinação (GOTTI, 2019).

Se a precarização do trabalho docente e da Educação Básica já vinham ocorrendo no bojo do neoliberalismo, sob a pandemia na gestão de Jair Bolsonaro esse fenômeno foi, além de aprofundado, acrescido de novos elementos dada a difusão das tecnologias digitais e a implementação do ensino remoto e do teletrabalho docente.

Ensino Remoto e Teletrabalho Docente: sob que condições?

Sob a pandemia do Covid-19 e a necessidade do isolamento social, uma nova modalidade de trabalho docente teve início em 18 de março de 2020 na Educação Básica, o ensino remoto emergencial (ERE) por plataformas e aplicativos, mesmo sob intenso protestos dos professores e profissionais da educação, em que pese a forma aligeirada, sem um debate mais aprofundado acerca de seu alcance com equidade de condições de acesso, num quadro de aprofundamento da precariedade das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora.

Importa frisar que a adoção dessa modalidade de ensino ocorreu num contexto em que 55,9% dos domicílios particulares no país não tinham computadores e, dentre aqueles que possuíam internet, 99,2% o faziam apenas pelo celular (IBGE, 2020). Vale lembrar que os professores da Educação Básica estavam incluídos nesse quadro, sendo que 9 a cada 10 professores utilizavam o telefone celular para a realização das aulas remotas (GESTRADO, 2020).

⁷ O site da empresa é: <http://www.biosferatech.com.br/blog/>. Acesso em 20 de jan. 2020.

⁸ O site da app: <http://www.biosferatech.com.br/blog/2020/03/11/prof-e-inovacao-em-educacao-2/>. Acesso em 20 de jan. 2020.

Segundo a Gestrado (2020), os aplicativos foram utilizados por 42,9% das escolas das redes municipais e por 75,2% das escolas das redes estaduais de ensino do país. Outra pesquisa, esta realizada pela Nova Escola (2020) com aproximadamente 9.000 profissionais da educação, sendo 85% deles professores da Educação Básica e 75% da rede pública, demonstrou que a plataforma mais utilizada pelos professores para comunicação com as famílias dos estudantes foi o WhatsApp (65,3%), seguida do Facebook (36,4%).

Seguindo as orientações do MEC, as secretarias municipais e estaduais de educação começaram a exigir dos professores uma nova rotina de trabalho, concernente a uma nova estratégia educacional que passou a incluir tarefas como a elaboração de tutoriais e orientações, via aplicativos como WhatsApp e/ou grupos de e-mails, ou através de gravações de áudios e/ou vídeos, para orientação, tanto para os estudantes, quanto para os pais e responsáveis sobre como desenvolver as atividades em casa, além da elaboração de conteúdo e avaliações, agora adaptada à modalidade remota. No caso do estado de Minas Gerais, as novas exigências ocorreram em um contexto de greve da categoria pelo pagamento do Piso Nacional da Educação, pagamento do 13º salário de 2019 e isonomia salarial com outras categorias profissionais (PREVITALI e FAGIANI, 2020a).

Com as novas atividades, o trabalho docente na Educação Básica passou a implicar em mais horas trabalhadas, envolvendo desde as orientações iniciais às famílias para a realização das tarefas com as crianças em casa nos apps, passando pelo novo planejamento do conteúdo e das avaliações, pelo acompanhamento da presença e da aprendizagem dos estudantes à distância até a sua própria capacitação e aprendizado para adaptar-se à linguagem informacional-digital da web, que foge à sua formação profissional. Esse novo contexto do trabalho tem exigido, portanto, mais trabalho.

Assim, o argumento disseminado por empresas educacionais e pela grande mídia, de que o ensino remoto possibilita maior tempo livre ao professor, não se confirma. A nova situação traz consigo o aumento da jornada de trabalho e uma maior indeterminação entre o tempo do trabalho e o tempo do não-trabalho, implicando na redução do tempo de descanso, gerando intensificação e precarização do trabalho docente e impactando sua subjetividade, causando estranhamento e adoecimento. Segundo a Gestrado (2020), aproximadamente 75% dos professores da Educação Básica indicaram que houve um aumento nas horas trabalhadas no ensino remoto. Importa frisar que esses elementos tendem a se tornar ainda mais expressivos para as mulheres, dado que elas permanecem responsáveis pelas atividades do cuidado na esfera reprodutiva no bojo da divisão do trabalho sob o capital. Diz uma professora:

Sou mãe de uma criança de 2 anos. Eu e meu marido estamos trabalhando home office. Tentamos dividir as responsabilidades, mas a maior parte sempre cai para mim. E por trabalhar mais que a minha carga horária normal, tivemos conflitos graves, pensamos até em separação por eu ter que dar uma maior atenção ao trabalho. (NOVA ESCOLA, 2020, s/p).

Segundo a Nova Escola (2020), 66% dos professores precisaram se afastar do trabalho por questões de saúde, com destaque para os casos de ansiedade (68%), estresse e dor de cabeça (63%), insônia (39%), dores nos membros (38%) e alergias (38%). Os relatos evidenciam preocupações advindas de um trabalho que envolve as atividades domésticas, profissionais e de acompanhamento e apoio aos estudos dos filhos.

Importa dizer ainda que 84% dos professores da Educação Básica pública não tinham experiência alguma com aulas remotas e houve pouca atenção dos governos em atentar

para esse fato (GESTRADO, 2020). Conforme a Gestrado (2020), 53,6% dos professores das redes municipais de ensino e 24,6% dos professores das redes estaduais de ensino afirmaram não receber nenhum tipo de auxílio ou formação para a aquisição e/ou uso das tecnologias digitais. Na pesquisa realizada pela Nova Escola (2020), 51,1% dos professores disseram não ter recebido capacitação para trabalhar com o ensino remoto.

O depoimento de uma professora é ilustrativo desse cenário: “Não tive formação para aulas online, pois não se esperava esta situação. Fui trabalhando com o que já conhecia ou buscando o que não conhecia” (NOVA ESCOLA, 2020, s/p). Em outro depoimento, um professor afirma ter arcado ele mesmo com as despesas para ter melhores condições de trabalho: “Adquiri um novo celular com memória maior, webcam, fone de ouvido, ampliei memória do meu notebook. Tenho contado muito com a ajuda de alguns colegas que dominam melhor estas novas tecnologias. Acompanho também lives e palestras *online*” (NOVA ESCOLA, 2020, s/p).

Ao mesmo tempo que as horas trabalhadas aumentam e as condições laborais se tornam ainda mais precarizadas, levando os docentes ao adoecimento, as administrações municipais e estaduais e as escolas particulares, se valendo das novas regras laborais sob a pandemia, impuseram redução salarial e encerraram contratos de trabalhos dos docentes. Na cidade Lagoa Formosa, no estado de Minas Gerais, os professores tiveram seus contratos temporários de trabalho rescindidos no mês de abril de 2020 pela Secretaria Municipal de Educação, numa comunicação por WhatsApp, em virtude da suspensão das aulas presenciais (PREVITALI E FAGIANI, 2020a).

Segundo depoimento de uma professora de escola particular: “Tenho me sentido, na verdade, escravizada, visto que a real preocupação da escola onde trabalho é somente com o financeiro, cobrando e exigindo da gente um trabalho sem nenhum suporte. Ensino em cinco turmas do Ensino Fundamental I e a escola só fala em voltar para não perder alunos” (NOVA ESCOLA, 2020: s/p).

Outro elemento de atenção nesse contexto pandêmico é que, sob o ensino remoto e o trabalho sendo realizado na esfera doméstica, presencia-se um terreno fértil para o crescimento da individualização do trabalho e o esgarçamento do sentimento de solidariedade de classe, o que impõe maiores dificuldades às ações coletivas contrárias à precarização. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) houve uma queda de 42% nas greves em 2020 em relação a 2019. Ainda de acordo com o órgão, no funcionalismo público, 48% das greves ocorreram por reajuste dos salários e pisos, com destaque para o descumprimento das datas-bases e dos pisos legais, especialmente para o caso da categoria docente. Apesar da queda no número de greves no funcionalismo público, das 192 greves ocorridas, 55 foram na educação.

Para Leher (2020), o ensino remoto e o teletrabalho promovem o aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais e ocorrem sob forte influência de empresas educacionais privadas a vender plataformas e conteúdos, num processo crescente de mercantilização da educação em todos os seus níveis. Para o autor, na Educação Básica, este processo vem ocorrendo de modo a tornar essa etapa educacional cada vez mais consumidora de materiais didáticos elaborados que dão suporte às avaliações quantitativas que mais obscurecem do que lançam luz às deficiências estruturais dessa etapa educacional.

O fato de ser imperativo aos proprietários de escolas e à administração pública o retorno às aulas presenciais no pico da pandemia no país é uma demonstrativo do acerto dessas análises.

Retorno às Aulas Presenciais e a Educação que convém ao Capital

Assim como houve um amplo movimento para a reabertura do setor de serviços, fechados ou limitados em seus horários de abertura, localizados nas ruas centrais das cidades ou nos shopping centers do país, também houve o movimento por retorno presencial das aulas sob a liderança dos proprietários das escolas particulares da Educação Básica, com assentimento do governo Federal e de governos estaduais e municipais, como é o caso do estado de São Paulo e do estado de Minas Gerais na região Sudeste. As justificativas para o movimento de volta às aulas presenciais enfatizam uma preocupação com as deficiências na aprendizagem e apontam o baixo índice de contaminação de estudantes e professores. No entanto, uma análise mais atenta descortina o que há por traz de uma aparente preocupação com os estudantes e evidencia a forte presença dos interesses mercadológicos acima das questões sanitárias e humanitárias.

No que tange as questões relativas à defasagem de aprendizagem, importa dizer que elas podem, do ponto de vista pedagógico, ser equacionadas se o processo educacional for organizado, por exemplo, em ciclos de aprendizagem, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB/1996 (BRASIL, 1996). No caso do estado de São Paulo, o Ensino Fundamental é dividido em 3 ciclos, a saber: o Primeiro Ciclo referente ao primeiro, segundo e terceiro anos, o Segundo Ciclo referente ao quarto, quinto e sexto anos e o Terceiro Ciclo referente ao sétimo, oitavo e nono anos, sendo a última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, organizada em um único ciclo (FAGIANI, 2018).

Segundo o autor, esse formato permite que o estudante seja avaliado continuamente ao longo dos ciclos e pode ser reprovado apenas ao final dos ciclos, o que permite recuperar a defasagem de aprendizagem imposta pelo ensino desenvolvido remotamente no período da pandemia. No entanto, parece não haver esforços por parte da Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo ou dos municípios do estado em realizar estudos, envolvendo a comunidade escolar, que viabilizem a implementação dos ciclos no período pós-pandemia.

Um dos grandes defensores do retorno presencial é o empresário educacional Jorge Paulo Lemann, a quem pertence também a Fundação Lemann, cujas empresas parceiras são corporações vinculadas às tecnologias digitais, tais como a AT&T e Google.org, e ao capital financeiro, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Inter-American Development Bank, BID) e o Banco Itaú, um dos maiores bancos privados do país. Em fevereiro de 2021 a Fundação Lemann divulgou resultados de uma pesquisa internacional - que contou com o seu apoio - realizada em 21 países, a qual concluiu que o retorno às aulas presenciais na maioria dos países pesquisados não impactou a tendência da curva do Covid-19 e ainda, que os "profissionais da educação não correm risco maior de infecção do que outras profissões" (FUNDAÇÃO LEMANN, 2021, s/p).

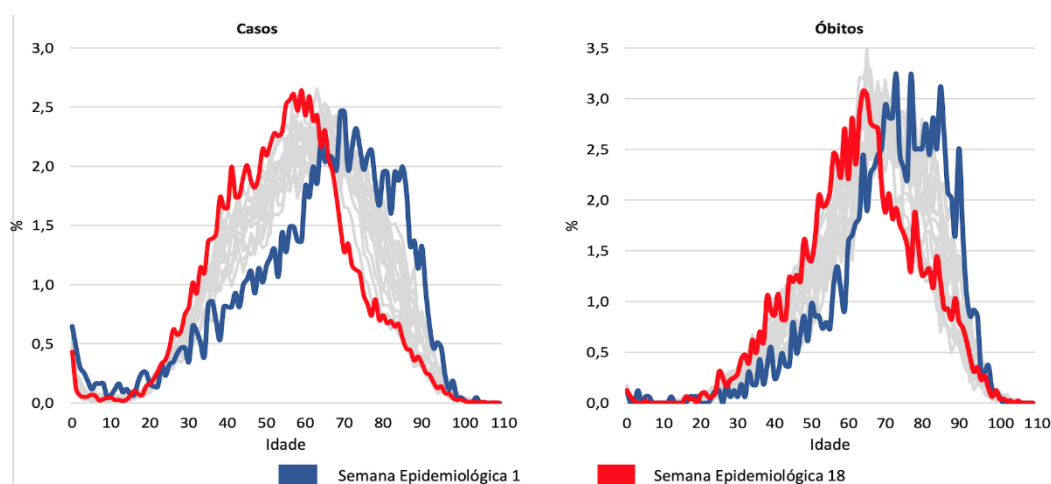
Chama a atenção que a pesquisa em questão não analisou as escolas da Educação Básica no Brasil, mas buscou a referência internacional com base em dados científicos, para

convencer a população da viabilidade do retorno presencial das aulas, deliberadamente desconsiderando a precarização estrutural da rede escolar pública no país, assim como as condições do exercício laboral dos professores num quadro de aumento dos casos de Covid-19.

Em estreita sintonia com os empresários educacionais e seus ideólogos, os governos estaduais também vêm se esforçando para convencer a população de que é seguro o retorno ao ensino presencial nessa etapa escolar. Na região Sudeste, os governos do estado de Minas Gerais e do estado de São Paulo, têm imposto derrotas aos movimentos sindicais de professores e trabalhadores da educação contrários ao retorno presencial na atual conjuntura (APEOESP, 2021; SIND-UTE, 2021). Segundo a APEOESP, desde o retorno às aulas presenciais no estado de São Paulo por determinação do governador João Dória, foram contabilizados 2.662 casos de Covid-19 em 1.175 escolas da rede estadual dos quais 95 foram à óbito, incluindo-se 3 estudantes (APEOESP, 2021).

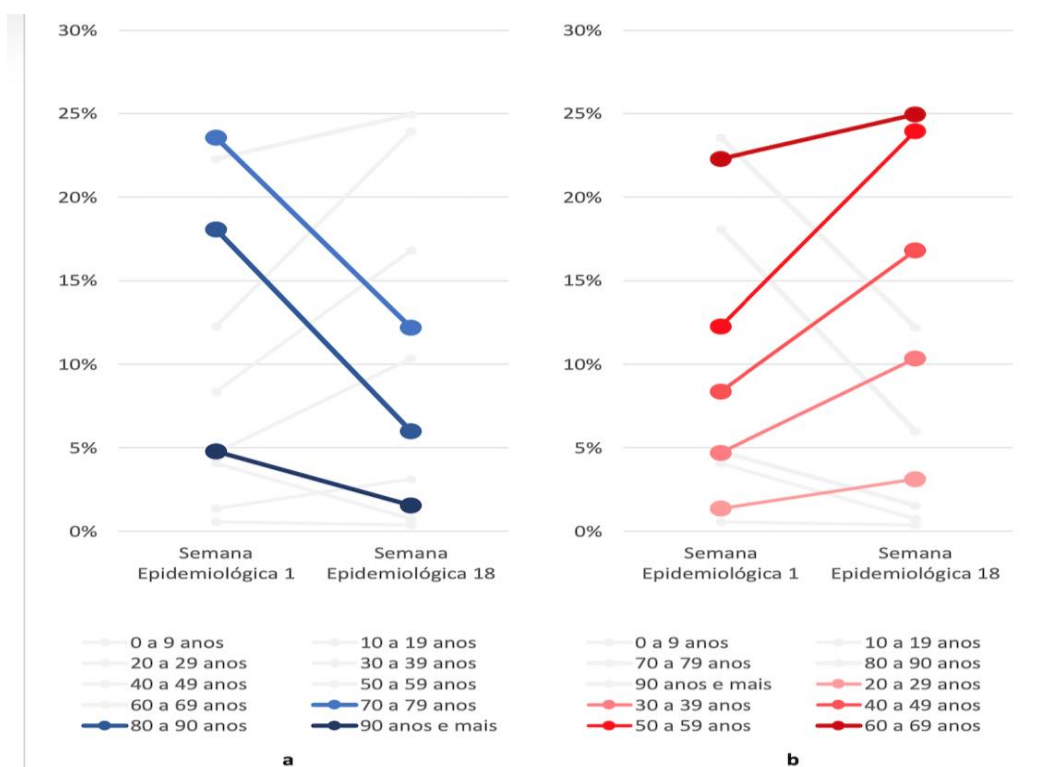
De acordo com o Boletim Epidemiológico do Observatório Covid-19 da Fiocruz, das semanas epidemiológicas 18 e 19 de 2021 até 15 de maio de 2021, houve o aumento do número de contágios com internação e óbitos causados pela pandemia em faixas etárias de menor idade (Gráficos 1 e 2). No Gráfico 1 verifica-se que o ápice dos casos de contágio com internação e dos óbitos passaram das pessoas com 70 anos na semana epidemiológica 1 (azul) para as pessoas com 60 anos na semana epidemiológica 18 (vermelho). No Gráfico 2, relativo às faixas etárias, pode-se observar expressivo aumento em internações por Covid-19 nas faixas etárias de 20 a 69 anos da semana epidemiológica 1 para a 18.

Gráfico 1- Distribuição proporcional de casos internados e óbitos por COVID-19 segundo semana epidemiológica



Fonte: Observatório Covid-19 Fiocruz, 2021

Gráfico 2 – Internações em UTI por Covi-19 por Faixa Etária e Segunda Semana Epidemiológica



Fonte: Observatório Covid-19 Fiocruz (2021).

A mudança das ocorrências de Covid-19, seja por idade, seja por faixa etária, está relacionada ao êxito das medidas de isolamento e à vacinação da população mais idosa. No entanto, a população adulta da classe trabalhadora, incluindo-se aqui os professores e demais trabalhadores da Educação Básica, tem sido constrangida “a voltar à normalidade” e, portanto, a sair do isolamento, ficando expostas ao vírus nos ambientes de trabalho e nos meios de transporte públicos, o que leva ao aumento dos casos de contágio e óbitos nas idades e faixas etárias dessa população (OBSERVATÓRIO COVID-19 FIOCRUZ, 2021). A perversidade da defesa do retorno às aulas presenciais está exatamente no fato da Educação Básica atender os filhos da classe trabalhadora, que está sendo constrangida a sair do isolamento social para trabalhar.

Pesquisa realizada pela Rede Escola Pública e Universidade⁹ no período entre 07 de fevereiro e 06 de março de 2021 em 299 escolas públicas monitoradas de 15 municípios do estado de São Paulo, envolvendo 12.547 professores e na população de faixa etária entre 25 e 59 anos do estado de São Paulo quanto ao número de casos suspeitos,

⁹ A Rede Escola Pública e Universidade foi criada por um grupo de professores e pesquisadores de universidades públicas e do Instituto Federal do estado de São Paulo (Unicamp, UFSCar, UFABC, USP, Unifesp e IFSP) em fevereiro de 2016, motivada pelos acontecimentos envolvendo a proposta de reorganização da rede escolar estadual em 2015 e pelo movimento estudantil de ocupação das escolas que ocorreu no estado de São Paulo e todo o Brasil.

confirmados e óbitos por Covid-19, constatou que houve, tanto a elevada incidência, quanto o aumento maior desta incidência nas escolas monitoradas em comparação com a população do estado de São Paulo.

Os dados da pesquisa mostram que a incidência de Covid-19 entre os professores das escolas foi de 192% maior que a incidência para a população estadual na mesma faixa etária e houve um crescimento de 138% desta incidência nas escolas monitoradas em comparação ao crescimento de 81% na população de 25 a 59 anos do estado de São Paulo (Rede Escola Pública e Universidade, 2021). Portanto, conclui o estudo, “a retoma das atividades escolares presenciais não pode ser considerada segura nas escolas estaduais, ao contrário do que anuncia o governo de São Paulo” (Rede Escola Pública e Universidade, 2021, p. 5). Importa mencionar que o estudo conduzido pela Rede Escola Pública e Universidade foi realizado diante da negativa da Secretaria de Educação do estado de São Paulo (Department of Education of the State of São Paulo, Seduc-SP) em disponibilizar os dados epidemiológicos coletados nas unidades escolares com clareza.

O Dieese (2021) analisou os desligamentos por morte no emprego de celetistas, do 1º trimestre de 2020 até o 1º trimestre de 2021 de diferentes atividades econômicas. Conforme a Tabela 1, a Educação aparece em quarto lugar com um aumento de 106,7%, representando em números absolutos, 496 desligamentos por mortes. Nestes mesmos dados aparecem a Saúde Humana e os Serviços Sociais, que formam o pelotão de frente no combate à Covid-19, com números que variam de 586 até 1006 desligamentos por morte, um aumento de 71,7% representando em números absolutos 420 desligamentos.

Tabela 1 - Desligamentos por morte no emprego celetista: 1º trimestre de 2020 a 1º trimestre de 2021 – Brasil

Seção de Atividade Econômica	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020	1T 2021	Var. % 1º Trim. 2020 / 1º Trim. 2021
Eletricidade e Gás	38	53	57	58	92	142,1
Informação e Comunicação	194	270	256	259	435	124,2
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	157	205	187	228	337	114,6
Educação	465	611	602	500	961	106,7

Fonte: Dieese, 2021. Elaboração própria.

¹⁰ Conforme Nota Técnica da Rede Escola Pública Universidade, a pesquisa foi realizada nas primeiras 4 semanas consecutivas compreendidas entre o período de 07 de fevereiro até 06 de março de 2021, sendo o coeficiente de incidência calculado para 100 mil habitantes.

Ou seja, dentre os trabalhadores que compõem o grupo dos mais expostos à contaminação, os professores se encontram em situação mais vulnerável.

Considerações Finais

Pode-se afirmar que neoliberalismo, NGP e pandemia se retroalimentam e, nesse contexto, a precarização do trabalho tende a se aprofundar e se generalizar. A adoção dos princípios da NGP na Educação Básica pública tem promovido a utilização crescente de contratos temporários de trabalho e até mesmo de ausência de contratos, em detrimento de formas mais estáveis de emprego. Destaca-se que o corpo docente na Educação Básica no Brasil é majoritariamente feminino, o que submete essas trabalhadoras à ainda maiores e mais intensivos níveis de subordinação e precarização laboral dado que são as mulheres as responsáveis pela maioria das tarefas domésticas e de cuidado da família.

Sob a pandemia do Covid-19, em 2019, observou-se a difusão das novas tecnologias digitais e a imposição do teletrabalho docente na Educação Básica, sem a interlocução com a comunidade escolar e à despeito das considerações dos profissionais da educação quanto às condições de acesso dos estudantes à modalidade remota, bem como às condições do trabalho docente, o que implicou em aumento da precarização laboral, agora acrescida de ausência de regulamentação no âmbito doméstico.

Em 2021, o setor privado educacional, com o assentimento da administração pública, vem impondo o retorno às aulas presenciais. Sabe-se que suspensão das atividades presenciais acarretou prejuízos para toda a comunidade escolar, envolvendo famílias, estudantes e professores e profissionais da Educação Básica exatamente porque impediu a interação social essencialmente humana, isto é, fundada no trabalho coletivo e criador de coisas úteis. Não há dissenso sobre essa questão, uma vez que o ser humano precisa interagir para se desenvolver e isso ocorre na relação com o outro, sendo a escola um local privilegiado de sociabilização e do saber científico-cultural sistematizado.

No entanto, a forma como foi imposto o ensino remoto e agora vem sendo implementado o retorno às aulas presenciais evidenciam, mais uma vez, os esforços do capital em manter a classe trabalhadora trabalhando e o capital acumulando. Vale lembrar que a pandemia poderia ter tido menor impacto socioeconômico se o governo federal não tivesse negligenciado a vacinação em massa.

Importa frisar, porém, que as relações sociais são históricas e dinâmicas e, nesse sentido, é fundamental compreender a educação escolar enquanto um espaço contraditório de lutas que são materialmente constituídas. Portanto, a organização e resistências dos professores contra a precarização e degradação do trabalho é indissociável da luta pela defesa da educação escolar enquanto esfera singular do processo de formação humana, caracterizada pela inter-relação professor-estudante num determinado tempo-espaço.

O processo educacional não significa apenas a transmissão de conhecimentos técnicos, mas também a construção coletiva de uma subjetividade sociocultural, a qual informa a tomada de decisões, inclusive, em relação à tecnologia e não pode estar desprovido de humanidade. A questão central não é a adoção do ensino remoto ou do

retorno às aulas presenciais mas sim o porquê de, ora um ora outro, ser amplamente defendido e estimulado pelos setores empresariais da educação e pela administração pública em detrimento das condições objetivas que assegurem condições adequadas da aprendizagem, do trabalho docente e da vida de todos os envolvidos. Para resistir à lógica destrutiva do capita, torna-se vital a defesa da educação pública articulada às lutas sociais pela construção de uma nova socialidade humana.

Referencias

ALBERTI, Gabriella. et al. Against and Beyond Precarity: Work in Insecure Times. **Work, Employment and Society**, v. 32, n. 3, p. 447– 457. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0950017018762088>. Acesso em 23 de jan. de 2019.

ALVES, THIAGO e PINTO, JOSÉ MARCELINO. Remuneração e Características do Trabalho Docente no Brasil: um aporte. **Outros Temas**. 41: 606-639. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a14v41n143.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo. 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho Intermitente e Uberização do Trabalho no Limiar da Indústria 4.0, pp. 15-22. in: Ricardo Antunes (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo. 2020.

APEOESP. Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. 2021. **Casos de Contaminação pelo Covid-19 na Rede Estadual de Ensino**. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/educacao/casos-de-contaminacao-pelo-covid-19-na-rede-estadual-de-ensino/>. Acesso em 15 jun. 2021.

BRASIL. *LDB. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 02 de fev. 2021.

CARTA MAIOR. **Revista Lancet: Brasil precisa dar uma resposta clara ao "E daí?" de seu presidente**. 08/05/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Revista-Lancet-Brasil-precisa-dar-uma-resposta-clara-ao-E-dai-de-seu-presidente/4/47436>. Acesso 08 de mai. de 2020.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim Emprego**. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimEmpregoEmPauta18.pdf>. Acesso em març. 2021.

EVANGELISTA, OLINDA e LEHER, ROBERTO. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, n.15. 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

FAGIANI, Cílson César. **Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI?** Uberlândia: Navegando. 2018. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/trabalho-e-educacao>. Acesso em 10 abr. 2019.

FERRETTI, Celso João. 2018. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados** 32, pp. 25-42. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v32n93/0103-4014-ea-32-93-0025.pdf>. DOI: 10.5935/0103-4014.20180028. Acesso em: 10 abr. 2019.

FREITAS, Luís Carlos de. Três Teses sobre as Reformas Empresariais da Educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. Cedes** 36: 137-153, Campinas. 2016. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n99/1678-7110-ccedes-36-99-00137.pdf . Acesso em: 20 agos. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Empresários mais ricos do Brasil: a ignorância, o cinismo e a ganância que matam. **Espaço e Economia**. N.17. Ano IX. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/10852> . Acesso em 05 de jan. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Levantamento Internacional de Retomada das Aulas Presenciais**. 2021. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/XubyJSfFwKjlukoJ6dJ4XGspLn7uzzzQbcWkz7GG.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

GESTRADO. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. 2020. **Relatório Técnico Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**. Disponível em: <https://gestrado.net.br/pesquisas/trabalho-docente-em-tempos-de-pandemia-cnte-contee-2020/>. Acesso em 15 de out. de 2020.

GLOBAL PREPAREDNESS MONITORING BOARD (GPMB). **A World at Risk. Global Preparedness Monitoring Board**. 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/gpmb/annual-report.html>. Acesso em: 10 de mai. 2020.

GOTTI, Alessandra. Piso salarial para professor: ele existe, mas nem todo mundo paga. **Nova Escola**. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18450/piso-salarial-ele-existe-mas-nem-todomundo-paga>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Notas sobre Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1976.

HALL, DAVID e GUNTER, HELEN M. A Nova Gestão Pública na Inglaterra: a Permanente Instabilidade da Reforma Neoliberal. **Educação & Sociedade** 36 (setembro): 743-758, Campinas. 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17120091-A-nova-gestao-publica-na-inglaterra-a-permanente-instabilidade-da-reforma-neoliberal.html> . Acesso 12 jun. 2018.

HASSARD, JOHN e MORRIS, JONATHAN. Contrived competition and manufactured uncertainty: Understanding managerial job insecurity narratives in large corporations.

Work, Employment and Society 32 (março): 564–580. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0950017017751806>. Acesso em: 12 jun. 2019.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**. Boitempo: São Paulo. 2001.

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica**. São Paulo: Boitempo. 2018.

HOOD, Christopher. The “New Public Management” in the 1980s: Variations on a theme. **Accounting, Organizations and Society**. 20: 93-109. 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0361368293E0001W>. Acesso em: 14 de março. 2000.

HUWS, Ursula. Working online, living offline: labour in the Internet Age. In: **Work Organisation, Labour & Globalization**. N.7. V.1, (Summer): 1 – 11. 2013.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. **Cidades. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/10070/64506?ano=2018&localidade1=0>. Acesso em: 10 de mai. 2020.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. 2021. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 08 mai. 2021.

ILO. International Labour Organization. 2020. **ILO Monitor 2nd edition: COVID-19 and the world of work**. Updated estimates and analysis. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_740877.pdf . Acesso em 08 de abr. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **InepData**. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/inep-data> . Acesso em 10, 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2020. **Educação Básica, Sinopse Estatística da Educação Básica**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 15 de març. 2021.

KALLEBERG, Arne L. Precarious Work, Insecure Workers: Employment Relations in Transition. **American Sociological Review**. 74 (janeiro): 1–22. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/000312240907400101>. Acesso em 10 jun. 2017

LEHER, Roberto. Universidades públicas, aulas remotas e os desafios da ameaça neofascista no Brasil. **Carta Maior**. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Universidades-publicas-aulas-remotas-e-os-desafios-da-ameaca-neofascista-no-Brasil/54/47699> . Acesso em 10 out. 2020.

MEC. Ministério da Educação. **MEC autoriza ensino a distância em cursos presenciais**. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/86441-mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais>. Acesso em 20 març. 2020.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2008.

NOVA ESCOLA. A Situação dos Professores brasileiros durante a Pandemia. 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19386/qual-e-a-situacao-dos-professores-brasileiros-durante-a-pandemia>. Acesso em: 12 out. 2020.

OBSERVATÓRIO COVID-19 FIOCRUZ. **Boletins Epidemiológicos**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>. 2021. Acesso em jun. 2021.

PREVITALI, Fabiane Santana e FAGIANI, Cílson César. Diskilling and Degradation of labor in Contemporary Capitalism: the continuing relevance of Braverman. **Work Organization, Labor and Globalization**, 9 (janeiro): 76-89. 2015. Pluto Journals. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.13169/workorglaboglob.9.1.0076?seq=1>. Acesso em 20 abril. 2020.

PREVITALI, Fabiane Santana e FAGIANI, Cílson César. Trabalho e Educação sob o Corona Vírus no Brasil. In: Lucena, Carlos; Previtali, Fabiane; Brettas, Anderson (Orgs.). **Pandemia Covid-19: a distopia do século XXI**. Uberlândia: Navegando. p. 123 -136. 2020a. Disponível em: <https://livrandante.com.br/2020/09/24/carlos-lucena-outros-orgs-pandemia-covid-19/>. Acesso em 12 de dez de 2020.

PREVITALI, Fabiane Santana e FAGIANI, Cílson César. Trabalho Digital e Educação no Brasil. In: **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo. 2020b. p. 217- 236.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez. 2001.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Monitoramento de Casos de Covid – 19 na rede estadual de São Paulo**. [Nota Técnica]. São Paulo: REPU. 2021. Disponível em: www.repu.com.br. Acesso em: 20 abr. 2021.

REUTERS. **COVID-19**. 2021. Disponível em: <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/regions/latin-america-and-the-caribbean/> Acesso em: 06 junh. 2021.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** 12 (abril): 152-180. 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012 . Acesso em: 15 jun. 2017.

SAVIANI, Demerval. Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate** 7 (junho): 286-293, Salvador. 2015. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/15xxR0AMcHZkeq1K6Ga94rfaUWoTLQtG8/view>. Acesso em: 14 de mai. 2021.

SHIROMA, Eneida Oto e EVANGELISTA, Olinda. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva** 29: 127-160, UFSC. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p127>. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2011v29n1p127>. Acesso em 10 fev. 2020.

SIND-UTE. Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. **Alteração no Resultado do Julgamento dos Mandados de Segurança que Tratam do Retorno Presencial das Atividades da Rede Pública de Educação de Minas Gerais**. 2021. Disponível em: <http://sindutemg.org.br/clippingradio/retorno-das-aulas-presenciais-em-mg-volta-a-ser-suspenso/>. Acesso em: 12 de jun. 2021.

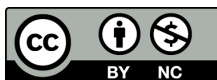
SOTELO, Adrian. **Precariado ou Proletariado?** Marília/SP: Praxis. 2016.

SOUZA, Aparecida Nery de. Professores, Modernização e Precarização. in: Ricardo Antunes (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo. p. 217- 228. 2016.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? **Cadernos de Saúde Pública**, 35: 1-17. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v35s1/1678-4464-csp-35-s1-e00207317.pdf>. Acesso em 13 out. 2019.

Submetido em: 05/08/2021

Aprovado em: 27/12/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)